

Mulheres argentinas marcham contra aumento de feminicídios e querem aborto legal

Movimento feminista argentino exige que governo Macri adote políticas públicas para erradicar violência sexista que matou 27 mulheres apenas em janeiro

[\(Diálogos do Sul, 03/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Centenas de mulheres e organizações feministas da Argentina marcharam, no último sábado (2), do Congresso até a Plaza de Mayo, em Buenos Aires, em repúdio aos 27 feminicídios ocorridos em janeiro deste ano.

Sob o lema “contra a violência contra as mulheres, lésbicas, transexuais, travestis e não-binários”, as presentes exigiram que o governo de Mauricio Macri desenvolva e adote políticas públicas para erradicar a violência de gênero.

As manifestantes leram a “Declaração de emergência sobre a Violência contra as Mulheres”. Através deste documento, exigem do poder executivo argentino um aumento das verbas orçamentárias destinadas ao Instituto Nacional das Mulheres (INAM) para tratar do tema da violência de gênero.

“Pañuelazo” Verde

As manifestantes exigem ainda que 10% do orçamento concedido a cada ministério seja destinado a políticas de igualdade de oportunidades e direitos entre homens, mulheres e identidades dissidentes.

Elas também pediram a aplicação urgente de dispositivos eletrônicos para agressores sexuais e agressores que não cumpram as medidas judiciais.

As mulheres terminaram o protesto com um “pañuelazo” verde em prol do aborto seguro, legal e gratuito, ato que se repetiu em diferentes cidades do país.

Outras demandas do movimento feminista:

- Monitoramento do plano de desarmamento para membros das forças de segurança com histórico de violência de gênero;
- Atribuição de bolsas de estudo e renda para vítimas de violência;
- Criação no território nacional de tribunais e procuradorias especializadas em violência de gênero;
- Implementação de Patrocínio Legal Gratuito;
- Contribuições para as províncias e organizações da sociedade civil para a criação e fortalecimento de Áreas de Política de Gênero;
- Incorporar a perspectiva de gênero no registro estatístico nacional de segurança, desenvolvimento social, trabalho, produção, habitat, população, entre outros;
- Implementação federal do Programa para a criação de casas de proteção para mulheres em situação de violência e risco de vida;
- Real e efetiva implementação da Educação Sexual Abrangente nos diferentes níveis educacionais;
- Criação de equipes interdisciplinares para acompanhar vítimas de violência no território nacional;
- Implementar urgentemente a “Lei da Micaela”, que inclui a formação obrigatória de funcionários públicos para atendimento de vítimas de violência de gênero;
- Campanhas de mídia sobre leis e dispositivos atuais para mulheres vítimas de violência sexista.